

POR TEMPO INDETERMINADO

BANCÁRIOS APROVAM GREVE A PARTIR DO DIA 6



Os bancários de Brasília deram o recado em alto e bom tom. Rejeitaram a vergonhosa proposta de abono e de reajuste de apenas 6,5% oferecida pela Fenaban e vão à greve por tempo indeterminado a partir da terça-feira 6.

Seguindo orientação do Sindicato, a decisão foi tomada em assembleia que lotou a Praça do Cebolão, no Setor Bancário Sul, na noite da quinta 1ª, data-base da categoria, e reuniu bancários de banco públicos e privados insatisfeitos com a forma como os bancos vêm tratando a pauta dos trabalhadores. Haverá nova assembleia na segunda (5), às 19h, no mesmo local, para ratificar a decisão e organizar o movimento, caso até lá os bancos não

apresentem uma nova contraproposta que atenda aos anseios dos trabalhadores.

"A greve é uma resposta dos bancários, que rejeitaram principalmente a postura dos bancos de apresentarem abono. Além disso, mesmo registrando lucros exorbitantes, mais de R\$ 30 bi só no primeiro semestre deste ano, os bancos têm demitido e não apresentaram nenhuma proposta de contratações e nem de melhoria das condições de trabalho", critica o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo. "Por isso os bancários de Brasília conclamam os bancários do país a participarem dessa greve e fortalecerem a nossa luta para que sejamos vitoriosos nesta Campanha, a exemplo das anteriores".

A pauta está com a Fenaban desde o dia

9 de agosto e até agora foram três rodadas de negociações marcadas pelo descaso por parte dos representantes do patronato. Aprovada na 18ª Conferência Nacional dos Bancários, no final de julho, a minuta contém demandas relacionadas a melhoria das condições de trabalho em geral, aumento real de salário e do piso, defesa do emprego e mais contratações, fim do assédio moral e igualdade de oportunidades, entre outras dezenas de cláusulas.

Mas a Fenaban apresentou uma proposta rebaixada: índice de 6,5% (para uma inflação de 9,57%) e abono de R\$ 3 mil, que não incide sobre os salários nem sobre FGTS, férias ou 13º, tentando convencer os bancários de que isso é uma grande conquista.

A PROPOSTA REBAIXADA DA FENABAN

- Reajuste de 6,5%
- Abono de R\$ 3 mil em parcela única, não incidente sobre os salários
- Auxílio refeição de R\$ 694,54 mensal
- Auxílio cesta alimentação de R\$ 523,48
- 13ª cesta alimentação de R\$ 523,48

O QUE OS BANCÁRIOS REIVINDICAM

- Reajuste salarial de 14,78%
- Piso salarial de R\$ 3.940,24
- Vales alimentação, refeição e 13ª cesta no valor de R\$ 880
- Fim das metas abusivas e do assédio moral
- Defesa do emprego, com fim das demissões e mais contratações

ASSEMBLEIA SEGUNDA, ÀS 19H, NA PRAÇA DO CEBOLÃO (SBS)

DIAP LISTA AMEAÇAS

SÓ A LUTA TE GARANTE A MANUTENÇÃO DE DIREITOS

Para além da minuta que visa a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho e diante da conturbada conjuntura política, os bancários também aprovaram na 18ª Conferência Nacional, no final de julho, uma pauta geral dos trabalhadores em defesa dos direitos trabalhistas e dos bancos públicos, contra a reforma da Previdência Social e pela manutenção do SUS.

Em seu primeiro pronunciamento em cadeia nacional, o agora presidente Michel Temer afirmou que é preciso reformas na Previdência e na CLT, confirmando o temor dos trabalhadores quanto aos planos do novo "governo".

Temer já se mostrou favorável a diversos projetos que tramitam no Congresso e que ameaçam a classe trabalhadora, como a PEC/241, que congela gastos reais com educação, saúde, previdência, assistência social e funcionalismo por duas décadas; o negociado sobre o legislativo, que coloca empregados para negociar direitos contidos na CLT diretamente com os empresários; e o PLC 30/2015, conhecido como PL da terceirização, que libera a terceirização sem limites, inclusive para as atividades-fim das empresas.

O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) fez um levantamento das principais matérias tramitando no Congresso Nacional que tiveram movimentação nos últimos anos ou foram identificadas pelo órgão em razão da relevância e grau de polêmica dos temas envolvidos. O objetivo é chamar atenção para a possibilidade iminente de retirada, fle-

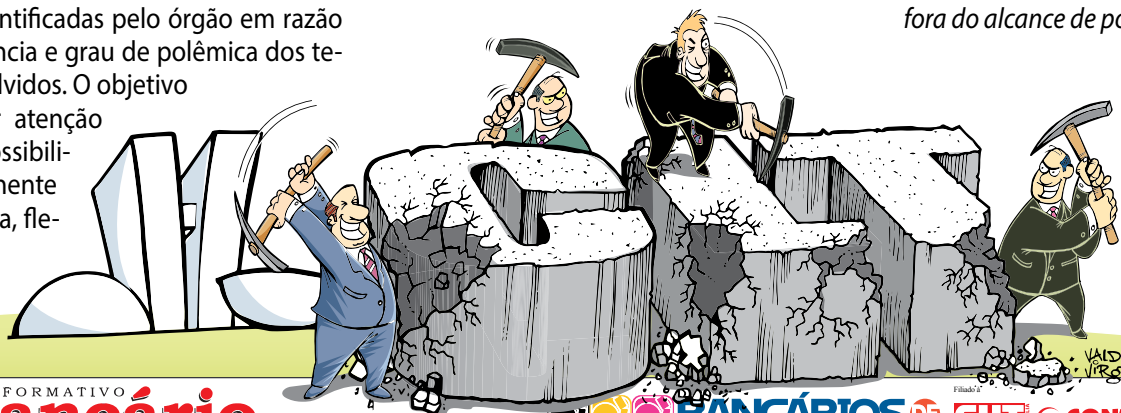
xibilização ou até mesmo eliminação de direitos duramente conquistados.

O SINDICATO TRAZ A SEGUIR ALGUMAS DESSAS AMEAÇAS:

- ◆ *Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado);*
- ◆ *Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);*
- ◆ *Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);*
- ◆ *Prevalência do negociado sobre o legislativo (PL 4193/2012 – Câmara);*
- ◆ *Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (PL 7341/2014 – Câmara);*
- ◆ *Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 – Câmara);*
- ◆ *Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 – Câmara);*
- ◆ *Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara);*
- ◆ *Regulamentação da EC 81/2014, do tra-*

balho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);

- ◆ *Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);*
- ◆ *Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);*
- ◆ *Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara);*
- ◆ *Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado);*
- ◆ *Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 – Câmara);*
- ◆ *Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara);*
- ◆ *Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);*
- ◆ *Instituição do Estatuto da Família - retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família - ficam fora do alcance de políticas do Estado.*



Leia mais ataques aos trabalhadores em bancariosdf.com.br.